



EDITAL Nº 24/2016
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº.03/2016
QUADRO DE RESUMO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA

TIPO DE LICITAÇÃO	MENOR PREÇO GLOBAL
EMPREENDIMENTO	Obra de Construção de um prédio para implantação de uma creche escola
OBJETO	Contratação de empresa especializada para a construção de um prédio na Rua Salomão Bento da Silva, s/n, bairro Pedro Marin Berbel, para implantação de uma creche escola, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, projetos e demais documentos, fornecidos pela Secretaria de Obras e FDE – Fundação para Desenvolvimento da Educação
REGIME DE EXECUÇÃO	INDIRETA, POR EMPREITADA GLOBAL (ART. 6º, VIII, “A” C.C. ART. 10, II, “A” – LEI 8.666/93)
RESERVA DE VERBA	- 02.11.01-12.365.0050.1.074/4.4.90.51.00 – Ficha nº 868 – Secretaria de Educação – Educação Básica e Complementar – Centro de Custo 287 – Construção de Creche Processo 00291/14 – Recursos Estaduais.
VALOR GLOBAL ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO	R\$ 1.619.158,97 (hum milhão, seiscentos e dezenove mil, cento e cinquenta e oito reais, e noventa e sete centavos)
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO	14 (quatorze) meses
PRAZO DE EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS	365 (trezentos e sessenta e cinco) dias (Ordem de Serviços)
PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS:	17/06/2016
ENTREGA DE ENVELOPES:	22/06/2016 às 08:30 horas
VISITA TÉCNICA	até o terceiro dia útil anterior a data de abertura dos envelopes
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	menor preço global



ÍNDICE DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA:

- 1. DO OBJETO**
- 2. DO REGIME DE EXECUÇÃO**
- 3. DOS RECURSOS FINANCEIROS**
- 4. DO VALOR GLOBAL ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO**
- 5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E DE EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS**
- 6. DA VISTORIA TÉCNICA**
- 7. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS**
- 8. DA DATA E LOCAL DA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES**
- 9. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
- 10. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**
- 11. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**
- 12. DA PROPOSTA COMERCIAL**
- 13. DA HABILITAÇÃO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**
- 14. DOS RECURSOS**
- 15. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**
- 16. DA CONTRATAÇÃO**
- 17. DA ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS**
- 18. DA EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**
- 19. DA MEDIÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS**
- 20. O PAGAMENTO**
- 21. DAS PENALIDADES**
- 22. DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DAS OBRAS E SERVIÇOS**
- 23. DA ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO DAS OBRAS E SERVIÇOS**
- 24. DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO**
- 25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 26. DOS ANEXOS**



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



Anexo I	Carta com indicação do Representante e encaminhamento da documentação de Habilitação;
Anexo II	Minuta de declaração de situação regular perante o Ministério do Trabalho;
Anexo III	Minuta de Declaração de Vistoria Técnica;
Anexo IV	Minuta de Carta Proposta Comercial;
Anexo V	Minuta do Contrato;
Anexo VI	Projetos, Memorial Descritivo e Relatório de Sondagens de Reconhecimento de Solos, Parecer Técnico de Solo e Fundações, Localização, Planilha Orçamentária e Memorial Descritivo de Materiais, Cronograma Físico-Financeiro, Catálogos Técnicos;
Anexo VII	Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
Anexo VIII	Minuta Declaração de Superveniência;
Anexo IX	Minuta Declaração em conformidade com artigo 87, III e IV da Lei nº 8.666/93.
Anexo X	Termo de Ajuste e Conduta nº 97/2014/MPT/PRT 15ª REGIÃO – PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA
Anexo XI	Médias de Dias de Precipitação
Anexo XII	Decreto Municipal nº 5.385-2015 - Penalidades contratuais
Anexo XIII	Termo de Ciência e Notificação



EDITAL Nº 24/2.016

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2.016

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PRÉDIO NA RUA SALOMÃO BENTO DA SILVA, S/N, BAIRRO PEDRO MARIN BERBEL, PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA CRECHE ESCOLA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PROJETOS E DEMAIS DOCUMENTOS, FORNECIDOS PELA SECRETARIA DE OBRAS E FDE – FUNDAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, EDITAL E ANEXOS.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, situada na Praça James Mellor, s/nº, Centro – Birigui - SP, através da Secretaria de Administração – Departamento de Materiais – Seção de Licitações, torna público que se acha aberta na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2016** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, que será regida pela Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, pela Lei Complementar nº 123/06 e demais normas pertinentes ao assunto constante deste Edital.

1 - DO OBJETO

1.1 - O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM PRÉDIO NA RUA SALOMÃO BENTO DA SILVA, S/N, BAIRRO PEDRO MARIN BERBEL, PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA CRECHE ESCOLA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PROJETOS E DEMAIS DOCUMENTOS, FORNECIDOS PELA SECRETARIA DE OBRAS E FDE –**



FUNDAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, EDITAL E ANEXOS, que integram este Edital (Art. 40, I - Lei 8.666/93).

1.2 – Será de responsabilidade da contratada o fornecimento de toda mão de obra necessária para execução dos serviços, encargos e equipamentos, inclusive Equipamento de Segurança Individual – EPI de seus funcionários e uniforme, devendo observância obrigatória às Normas de Saúde e Segurança no Trabalho, constantes da Consolidação das Leis do Trabalho, da Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho e de outras disposições relacionadas com a matéria e específicas para o presente objeto;

1.3 – A licitante vencedora deverá elaborar folha de pagamento específica para a obra objeto do contrato apresentando relação nominal dos empregados designados para execução dos serviços, com CPF, cargo, valor do salário mensal, carga horária mensal trabalhada, período trabalhado, valor do INSS e do FGTS, Número de Identificação do Trabalhador - NIT, entre outras informações que se fizerem necessárias à verificação do efetivo e tempestivo controle do recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários (FGTS e INSS);

1.4 – A licitante vencedora deverá informar mensalmente em SEFIP/GFIP (Sistema Empresa/Guia de recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social) as remunerações de todos os empregados envolvidos na execução da obra, de acordo com a legislação e os padrões estabelecidos pela Previdência Social e pela Caixa Econômica Federal, encaminhando cópia à Prefeitura;

1.5 – A licitante vencedora deverá apresentar à Prefeitura cópia do recibo de remessa da GFIP;

1.6 – A licitante vencedora deverá apresentar à Prefeitura as guias de INSS e do FGTS comprovando o efetivo recolhimento.

1.7 – A contratada e eventuais subcontratadas deverão observar obrigatoriamente as normas técnicas de segurança e saúde no trabalho adequadas, conforme os compromissos oriundos do Termo de Ajuste de Conduta nº 97/2014/MPT/PRT 15ª REGIÃO – PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA.



2 - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - As obras e serviços, objeto do presente Edital, serão executados sob o regime de **EXECUÇÃO INDIRETA**, por **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea “a”, c/c Art. 10, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93.

3 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos financeiros, conforme dotações explícitas no Quadro de Resumo deste Instrumento.

4 - DO VALOR GLOBAL ORÇADO

4.1 - O valor global orçado pela Administração para a contratação é de **R\$ 1.619.158,97 (hum milhão, seiscentos e dezenove mil, cento e cinquenta e oito reais, e noventa e sete centavos)**, valor este que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** passa a adotar como máximo a ser aceito.

4.1.1 - A aceitabilidade de preços unitários também fica limitada por aqueles estimados na planilha orçamentária. Precedente: Acórdão 2857/2013 – Plenário do TCU.

5 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E DE EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS

5.1 - O prazo de vigência do contrato que advier da presente licitação inicia-se a partir da data da publicação de seu extrato, com duração de 14 (quatorze) meses.

5.2 - O prazo de execução das obras e serviços será de 365 **(trezentos e sessenta e cinco) dias**, contados da data autorizada para seu início efetivo, constante da OS – Ordem de Serviços, emitida pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS.**

5.3 – Será considerada como previsível (ou ordinária) a média de dias de precipitação do Anexo XI, oriunda de dados do Instituto Nacional de Meteorologia;



5.4 – Também será considerada como previsível (ou ordinária) a precipitação média do Anexo XI, oriunda de dados do Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura, da UNICAMP;

5.5 – As chuvas compreendidas nas médias mencionadas na cláusula anterior não ensejarão a prorrogação do prazo de execução. Precedente: Acórdão nº 396/08 - Plenário do TCU.

6 - DA VISTORIA TÉCNICA

6.1 - A vistoria é obrigatória e deverá ser realizada por preposto, devendo o mesmo se apresentar no seguinte endereço: Rua GUANABARA, 256, BIRIGUI-SP, no horário comercial da administração e no máximo em três dias úteis que antecedem à data de entrega dos envelopes, conforme Lei Municipal nº 4.752/2006

6.2 - As visitas devem ser agendadas, junto ao setor municipal de engenharia, através do telefone (18) 3643-6170, no horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 h. No horário marcado, um funcionário da PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI estará à disposição dos interessados para atestar as visitas.

Nota: A empresa licitante receberá o Atestado de Visita Técnica que deverá obrigatoriamente fazer parte do “Envelope 01” de Documentos.

7 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS:

7.1 - As licitantes poderão solicitar esclarecimentos, por escrito, até a hora aprazada para a venda e fornecimento do Edital, na PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI (17/06/2016), das 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas, na Rua Santos Dumont, 28, Centro – Birigui -SP ou por fac-símile nº (18) 3643-6139 (endereçado a Seção de Licitações).

7.2 - Somente deverão ser consideradas as informações prestadas por escrito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI.

7.3 - No caso de ausência de solicitação pelas licitantes, de esclarecimentos adicionais aos ora fornecidos, pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são



suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, qualquer reclamação.

7.4 – Os interessados em participarem da presente licitação poderão examinar e retirar a Pasta contendo o Instrumento Convocatório e seus Anexos, sendo que, para cobrir os custos do fornecimento da Pasta, conforme parágrafo quinto do artigo 32 da Lei de Licitações, deve ser pago, junto ao Posto Bancário que funciona no prédio da Prefeitura, sito na Rua Osvaldo Cruz, 146, por meio de Guia de Recolhimento fornecida pela Secretaria de Finanças, o valor de R\$ 30,00, ou gratuitamente através do site www.birigui.sp.gov.br. Os fornecimentos encerrar-se-ão às 16:00 horas do dia 17/06/2016.

8 - DA DATA E LOCAL DA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES:

8.1 - As licitantes deverão apresentar seus envelopes no dia 22/06/2016, às **08h30min**, na Rua Santos Dumont, 28, Centro, Birigui/SP, Departamento de Materiais/Seção de Licitações, ocasião em que se dará a sessão de abertura da licitação.

8.2 - Os interessados que acudirem ao presente certame devem atentar ao horário fixado para entrega dos envelopes, e ainda para o tempo que possa ser despendido com sua identificação na recepção do prédio, pois eventuais atrasos, ainda que mínimos, não serão tolerados.

8.3 - Até a abertura do certame, os envelopes ficarão em poder da Seção de Licitações e não serão devolvidos às licitantes.

9 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

9.1 – Somente poderão participar desta Concorrência Pública, na qualidade de licitantes, empresas que não estejam impedidas de participar de licitações processadas nos âmbitos federal, estadual ou municipal, devendo declarar sob pena de sua inabilitação: que não foram declaradas inidôneas para os fins do disposto na Lei Federal nº 8.666/93;

9.2 - Estejam legalmente constituídas e tenham em seu objeto social atividade compatível com o objeto da presente licitação, bem como satisfaçam as exigências deste edital,



9.3 - Não sejam constituídos por servidores da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, ou ainda seus cônjuges ou companheiros ou parentes até o 3º grau;

9.4 - Não estejam em processo de falência, concordata ou recuperação judicial;

9.5 - Cumpra as normas relativas à saúde e segurança no trabalho dos seus funcionários nos termos do art. 117, parágrafo único da Constituição do Estado de São Paulo;

9.6 Estarão impedidas de participarem ainda, licitantes que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com esta Administração nos termos do inciso III do artigo 87 da lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como:

a) Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02;

b) Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 10º da Lei 9.605/98;

c) Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas. Precedente: Acórdão nº 2243/2013. Plenário do TCU.

9.7 - Não será admitida a participação de ONG, OSCIP, Cooperativa ou empresas em Consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

9.8 – O ato da entrega da proposta pela empresa licitante já caracteriza declaração desta, sob as penas da lei, de que conhece todos os termos do edital e com eles concorda.

9.9 - As microempresas e empresas de pequeno porte, visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº. 123/06 deverão apresentar Declaração de acordo com o modelo estabelecido no Anexo VII deste Edital FORA do Envelope nº. 1 (Habilitação), em caso de esquecimento a Presidente da Comissão Permanente de Licitações deverá autorizar o representante da licitante para providenciar referida declaração, antes do início da sessão.

10 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

10.1 - A Documentação de Habilitação e a Proposta Comercial deverão ser apresentadas em 2 (dois) envelopes distintos, fechados e indevassáveis, identificados na seguinte forma:

ENVELOPE Nº 1 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO



CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº __/2016

DENOMINAÇÃO DA LICITANTE:

OBJETO:

ENVELOPE Nº 2 - PROPOSTA COMERCIAL

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº __/2016

DENOMINAÇÃO DA LICITANTE:

OBJETO:

10.2 - O conteúdo dos envelopes poderá ser apresentado cada qual em uma única via, com todos os elementos de cada um dos envelopes agrupados em pastas, cadernos ou volumes, com suas folhas rubricadas e numeradas sequencialmente da primeira à última, independentemente de estarem montadas em mais de um volume, de forma que a numeração da última folha reflita exatamente a quantidade total de folhas da respectiva documentação.

11 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

11.1. – O Envelope 01-Documents deverá conter os documentos abaixo descritos:

a)- registro comercial, no caso de empresa individual;

a1)-ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhada dos documentos de eleição de seus administradores;

a2)-inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

a3)-decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

b)- Carta, conforme minuta anexa a este edital (**Anexo I**), com indicação de pessoa(s) credenciada(s) a representar(em) a empresa e praticar todo e qualquer ato previsto ou referente ao processo da licitação, inclusive e especialmente desistir do



direito de interposição de recurso, bem como para encaminhamento da Documentação de Habilitação, assinada pelo seu representante legal com aposição do carimbo de identificação.

c) Declaração escrita, firmada pelo representante legal da empresa, de que ela se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, preenchida conforme minuta anexa a este edital (**Anexo II**).

d) prova da regularidade fiscal de todos os tributos Federais, Estaduais e Municipais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, emitidas conforme a Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014;

e) prova de regularidade relativa ao FGTS, através de Certificado expedido por sistema próprio da C.E.F. (Caixa Econômica Federal), demonstrando a situação regular da Empresa no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.” (NR)

Nota: Para fins de habilitação serão aceitas Certidões Positivas de Débitos com Efeito de Negativa, nos termos do art. 206 da Lei Federal nº 5.172/66 – Código Tributário Nacional, bem como certidões unificadas, emitidas conforme a Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014.

g) Prova de registro ou inscrição junto ao CREA/CAU competente, da empresa e de seus responsáveis técnicos em vigor;

h) Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, de acordo com o artigo 30, II da Lei nº 8.666/93, por meio da apresentação de **atestado(s)**, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA, no qual se indique que a empresa já prestou os serviços semelhantes:

h1) O(s) atestado(s) deverá(ão) estar necessariamente em nome da licitante.



i) Comprovação de que a mesma dispõe de profissional de nível superior, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica, estando acompanhado da respectiva CAT (Certidão de Acervo Técnico), expedida pelo CREA da região onde a obra tenha sido executada. (Súmula 25 do TCESP-Capacidade Técnica-Profissional)

i.1 - A comprovação de vínculo profissional poderá se dar da seguinte forma:

- no caso de profissional empregado, por meio de Ficha de Registro de Empregado ou cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Assistência Social - CTPS;**
- no caso de profissional proprietário ou sócio da empresa licitante, mediante apresentação do contrato social em vigor;**
- no caso de sociedade por ações, ato constitutivo em vigor, acompanhado da prova de eleição de seus administradores em exercício;**
- no caso de profissional autônomo, mediante contrato de prestação de serviços, com cunho de permanência, sem natureza eventual ou precária.**

j) Apresentação de no mínimo 01 (um) acervo técnico emitido pelo CREA/CAU ao profissional responsável e indicado para execução da obra, ora licitada, nos termos da súmula nº 23 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujos itens de maior relevância, conforme indicação da Secretaria requisitante, são:

– Alvenaria de Blocos de Concreto E=14 cm (Item 04.01.031), por ser o item mais importante e de maior dificuldade de execução.

k) Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica de execução de obra similar ao objeto, de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da obra licitada, expedido em nome da empresa licitante por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente, de acordo com a súmula nº 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. (Capacidade Técnica Operacional)



Nota 1: A comprovação da Capacidade Técnica-Profissional e Técnica-Operacional acima descritas poderão se resumir em um único documento, quando expedida em nome do profissional e da empresa licitante;

Nota 2: A comprovação da capacidade técnica-profissional e técnica-operacional, em sendo necessário, poderão ser complementadas através de planilhas orçamentárias, memoriais descritivos e/ou projetos da obra objeto do acervo/atestado.

l) Apresentação do atestado de visita técnica, expedido pela Secretaria de Obras, conforme exigência da Cláusula Sexta deste Edital;

m) Apresentação da Carta de Superveniência, conforme previsto no § 2º do art. 32 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, e em conformidade com a cláusula 9 do presente Edital, conforme modelo do anexo VIII deste Instrumento;

n) Prova de patrimônio líquido, admitida atualização nos termos do art. 31, § 3º da Lei Federal 8.666/93, não inferior a R\$ 161.915,90 (cento e sessenta e um mil, novecentos e quinze reais, e noventa centavos), correspondente à 10% do valor estimado da obra;

o) demonstrativo em papel timbrado da empresa e assinado por seu representante legal, comprovando a boa situação financeira da licitante que será verificada através dos índices: ILG (Índice de Liquidez Geral), ILC (Índice de Liquidez Corrente) e ISG (Índice de Solvência Geral), os quais deverão ser calculados e apresentados pela licitante, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

ILG – Índice de Liquidez Geral

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

ILC – Índice de Liquidez Corrente

Ativo Circulante

Passivo Circulante

ISG – Índice de Solvência Geral



Ativo Total

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

p) Somente serão Habilitadas as empresas que obtiverem os índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, igual ou maior que um ($=$ ou > 1);

q) Não serão aceitas fórmulas alternativas para os índices contábeis, reservando-se, ainda, à Prefeitura Municipal de Birigui, o direito de reclassificar contas, se necessário for, de acordo com a legislação vigente.

r) Apresentação de declaração assinada pelo responsável da empresa licitante, atestando que ela não está penalizada na forma do art. 87, III e IV da Lei Federal nº 8.666/93;

Nota 3: Todos os documentos necessários à habilitação, exceto aquele exigido no item 11.1, letra “a”, deverão ser entregues em seu original; por qualquer processo de cópia, desde que autenticada por tabelião de notas, ou por servidores que realizam a licitação; ou ainda através de publicação em órgão da imprensa oficial, conforme autoriza o artigo 32, caput, da Lei 8.666/93.

12 - DA PROPOSTA COMERCIAL:

12.1 - O envelope nº 2 - Proposta Comercial deverá conter a Carta Proposta Comercial, preenchida conforme minuta anexa a este edital (**Anexo IV**) – **CARTA PROPOSTA COMERCIAL**, devidamente assinada por responsável legal da licitante, com sua identificação e cargo, contendo o carimbo com CNPJ e a denominação da empresa, na qual o preço global proposto esteja expresso em algarismo e por extenso, bem como conste a data base do orçamento.

12.2. - Deverão estar consignados na proposta:

12.2.1- A denominação, CNPJ, endereço/CEP, telefone/fax, e-mail do licitante e data;

12.2.2- Preço: unitário e global em algarismos e por extenso, expressos em moeda corrente nacional, sem inclusão de previsão inflacionária, incluindo, além do



lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a integral execução do objeto da presente licitação; obedecendo sempre os itens constantes na planilha orçamentária, fornecida pela Prefeitura e como critério de aceitabilidade da proposta o preço máximo estimado constante do item 4.1 respeitando os valores unitários e totais descritos em planilha não sendo aceitos valores acima dos previstos;

12.2.3- Prazo de execução dos serviços é de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias** contados a partir da data de recebimento pela contratada da **Ordem para Início dos Serviços**;

12.2.4 – As licitantes deverão apresentar a Planilha Orçamentária e o Cronograma Físico-Financeiro da obra em conformidade com a apresentada pela Prefeitura Municipal de Birigui, observando que os preços unitários também fica limitada por aqueles estimados na planilha orçamentária (Precedente: Acórdão 2857/2013 – Plenário do TCU);

12.2.5- Prazo de garantia dos serviços que não poderá ser inferior a: **05 (cinco) anos** para a obra contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

12.2.6- Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data prevista para abertura dos envelopes proposta, prazo este que ficará suspenso em caso de interposição de recursos, até a publicação do respectivo julgamento (Precedente: RO em MS 15.378, da 1ª T. Do STJ);

12.2.7- **Declaração** de que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado;

12.2.8- **Declaração** de que o objeto ofertado atende todas as especificações exigidas no memorial descritivo.

12.3- A proposta comercial deverá ser entregue em envelope fechado.

13 - DA HABILITAÇÃO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

13.1 - Será julgada inabilitada a licitante que:

a) deixar de atender a alguma exigência constante do presente Edital e seus anexos;



b) fizer qualquer referência a preços na fase da habilitação.

13.2 – Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) HABILITADA(S) mesmo que apresentem alguma restrição, somente, na comprovação da REGULARIDADE FISCAL e, caso venha ser declarada vencedora do presente certame, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da ciência do julgamento para apresentar a devida regularização da documentação, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

13.3 - Serão devolvidos pela Comissão Permanente de Licitações, os envelopes “Proposta Comercial” das licitantes cuja documentação tenha sido julgada definitivamente em desacordo com as exigências do presente Edital, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha, havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos.

13.4 - Ultrapassada a fase de habilitação, serão abertos os envelopes “Proposta Comercial” das licitantes cuja documentação de habilitação estiver conforme o exigido, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso ou tenha havido desistência expressa ou após o julgamento dos recursos interpostos na fase de habilitação.

13.5 - A presente licitação, para efeitos de julgamento, é do tipo “**Menor Preço**”, e a Comissão de Licitações julgará e classificará as propostas pelo critério de “**Menor Valor Global**”, observada a legislação em vigor (Art. 40, VII - Lei 8.666/93), bem como o item 12.2.2 do presente instrumento convocatório.

a) Será classificada em primeiro lugar a empresa habilitada que apresentar o menor preço global, resguardando o direito privilegiado da microempresa e/ou empresa de pequeno porte de acordo com a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, repetindo como preço máximo o valor estabelecido nos itens 4.1 e 4.1.1.

13.6 - Serão desclassificadas as propostas (Art. 40, X - Lei 8.666/93):

a) Que não atendam a todas as exigências do ato convocatório, nos termos do inciso I do art. 48 da Lei de Licitações;

b) Que ofereçam vantagens não previstas no Edital, bem como preços e vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes;



c) Com valor global superior ao valor orçado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DA BIRIGUI/SP** no item 4.1 deste edital ou com preços manifestamente inexequíveis nos termos do inciso II do art. 48 da Lei de Licitações;

d) Consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores (Art. 48 § 1º da Lei 8.666/93):

d.1) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor global orçado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**; ou

d.2) Valor global orçado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**.

13.7 – A licitante vencedora, cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem os subitens “d.1” e “d.2”, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei 8.666/93, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta (Art. 48 § 2º da Lei 8.666/93).

13.8 - As propostas serão inicialmente ordenadas em ordem crescente do Valor Global proposto, ou seja, será provisoriamente classificada em primeiro lugar a proposta com menor Valor Global e assim sucessivamente.

13.9 - Havendo empate entre duas ou mais propostas, a classificação será feita, obrigatoriamente, por **sorteio em ato público** para o qual todas as licitantes classificadas serão convocadas (Art. 45 § 2º da Lei 8.666/93 e nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006), se este não puder ser realizado na mesma sessão de abertura dos envelopes nº 02 – Proposta Comercial.

13.10 - A Comissão de Licitações dará ciência aos interessados do resultado da habilitação e da classificação, inclusive dos motivos que deram causa a eventuais inhabilitações e desclassificações, na própria sessão e, se não presentes todos os representantes das licitantes, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.



13.11 - Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão poderá fixar aos licitantes o prazo de **8 (oito) dias úteis** para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que motivaram a desclassificação, conforme determina o § 3º do Art. 48 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

14 - DOS RECURSOS

14.1 - Serão permitidos na presente licitação todos os recursos constantes no art. 109 da Lei 8.666/93, observados os prazos e condições nele estabelecidos (Art. 40, XV - Lei 8.666/93).

14.2 - Os recursos, bem como respectivas impugnações, deverão ser interpostos por escrito, dirigidos ao Sr. Prefeito da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI/SP** e **protocolados diretamente no Departamento de Materiais/Seção de Licitações, em 5 (cinco) dias úteis, até as 16:00 horas, na Rua Santos Dumont, 28, Centro -Birigui/SP, ou por meio de “fac-símile”, pelo fax nº (18) 3643-6129.**

14.3 - Os originais dos recursos interpostos via “fac-símile”, deverão ser entregues até às 16:00 horas do primeiro dia útil após a data de envio do mesmo.

14.4 - A proposta terá validade não inferior a 60 (sessenta) dias da sua data de entrega, **prazo este que ficará suspenso em caso de interposição de recursos, até a publicação do respectivo julgamento.** Precedente: RO em MS 15.378, da 1ª T. Do STJ.

15 - DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:

15.1 - Publicada a classificação final e decorrido o prazo de 5 (cinco) dias úteis sem que haja interposição de recurso ou caso haja renúncia ao prazo recursal das empresas classificadas, serão os autos encaminhados à autoridade superior competente para deliberação quanto à homologação do procedimento e adjudicação do objeto da licitação em decisão que, se for o caso, deverá indicar a habilitação fiscal da Empresa vencedora do certame.



16 - DA CONTRATAÇÃO:

16.1 - A licitante vencedora será convocada pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, assinatura do Contrato, nos termos da minuta anexa a este edital (**Anexo V**), devendo apresentar nesse ato (Art. 40, I - Lei 8.666/93):

a) **Garantia contratual de 5%** (cinco por cento) do valor total do contrato. A garantia estipulada neste item será prestada mediante caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária, cabendo à CONTRATADA optar por uma dessas modalidades, subordinando-se, porém, à aprovação pela **PREFEITURA MUNICIPAL DA BIRIGUI**, segundo critérios das cláusulas 16.8 e seguintes.

b) apresentação da A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou Registro de Responsabilidade Técnica (R.R.T.), de execução da obra, devidamente recolhida, em nome do profissional indicado na habilitação.

c) prova da regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, emitidas conforme a Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014;

d) No caso de empresa sediada fora do Estado de São Paulo, comprovante de visto do CREASP – 6ª Região na Certidão de Registro da Pessoa Jurídica no CREA de origem ou, em se tratando de prazo de execução superior a 180 (cento e oitenta) dias, comprovante de registro da empresa junto ao CREA-SP – 6ª Região. Precedente: Acórdão nº 2239/2012, Plenário TCU.

16.2 - Caso a licitante vencedora, ao ser notificada para assinar o Contrato, não o faça no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da convocação, ou não solicite, com justificativa aceita pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, dilatação do prazo por igual período (Art. 64, § 1º - Lei 8.666/93), decairá do direito de celebrar o ajuste.



16.3 - A recusa injustificada para a assinatura do Contrato também sujeitará a licitante vencedora às penalidades dispostas no artigo 81 da Lei Federal nº 8666/93.

16.4 - Na hipótese do subitem 16.3, caberá à **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** o direito de convocar às demais licitantes classificadas, observada a ordem de classificação, para assinatura do Contrato, nas mesmas condições do primeiro colocado, inclusive, quanto ao preço, ou de revogar a licitação de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93.

16.5 - A licitante vencedora se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e participação, exigidas na licitação.

16.6 - Fica vedada a subcontratação, cessão ou transferência, no todo ou em parte, da execução do contrato que advier da presente licitação, sob pena de rescisão contratual.

16.7 – A contratada deverá observar obrigatoriamente as normas técnicas de segurança e saúde no trabalho adequadas, conforme os compromissos oriundos do Termo de Ajuste de Conduta nº 97/2014/MPT/PRT 15ª Região – Procuradoria do Trabalho no Município de Araçatuba.

16.8 – Em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo este ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

16.9 - O seguro-garantia deverá conter nas condições especiais a seguinte ressalva: “Para todos os efeitos desta cláusula, não se observa o disposto no item 9.2 das condições gerais (Circular Susep No. 232 de 03 de junho de 2003), tendo em vista o que estabelece o inciso III do art. 80 da Lei No. 8.666/93”.

16.10 – A fiança bancária deverá conter:

16.10.1 – Prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato;



16.10.2 – Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento que for devido, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

16.10.3 – Não poderá constar ressalva quanto à cobertura de multa administrativa, em consonância com o inciso III do artigo 80 da Lei 8666/93.

17 - DA ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS:

17.1 - Após a assinatura do contrato, será convocada reunião de início de trabalhos entre as partes, neste ato a Prefeitura Municipal de Birigui devidamente representado pela Secretaria de Obras, necessária à emissão da OS – Ordem de Serviços.

17.2 - Para emissão da Ordem de Serviços, que definirá as condições para a execução das obras e serviços de infraestrutura e edificações, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos, sob pena de ser suspensa a entrega da OS:

- a) Organograma para a realização dos serviços e obras;
- b) A.R.T. (Anotação de Responsabilidade Técnica) referente a obra;
- c) Comprovação da Matrícula da Obra no INSS.

17.3 - A recusa ou o não comparecimento no prazo assinalado na convocação serão considerados inexecução total do objeto contratual e ensejarão a aplicação das penalidades previstas.

18 - DA EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS:

18.1 - As condições de execução das obras e serviços, bem como as obrigações contratuais estão estabelecidas na minuta de contrato, constante do **Anexo V**, que integra este Edital.

18.1.1 – A execução das obras deverá obedecer rigorosamente os prazos previstos, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro (art. 66 da Lei nº 8.666/93), sob pena de rescisão contratual (art. 78 da Lei nº 8.666/93), nos moldes previstos no art. 79 da Lei de Licitações.



19 - DAS MEDIÇÕES DAS OBRAS E SERVIÇOS:

19.1 - A primeira medição corresponderá aos serviços executados no período compreendido entre a data autorizada para início dos serviços na Ordem de Início de Serviços (OIS) e o último dia do respectivo mês.

19.2 - As demais medições corresponderão aos serviços executados do primeiro dia ao último dia do mês seguinte e assim sucessivamente até o término dos trabalhos.

19.3 - Observada sempre a frequência mensal das medições e mantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, o período de referência das medições poderá ser alterado, a critério da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI/SP**, considerando aspectos administrativos ou relacionados com as fontes de recursos.

19.4 - As medições dos serviços prestados deverão ser aprovadas pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI, através da Secretaria de Obras.**

19.5 - Serão medidas apenas as obras e serviços executados e concluídos em conformidade com o disposto nos documentos que integram o Contrato decorrente da presente licitação.

19.6 - As medições serão registradas em planilhas que conterão a discriminação dos serviços, as quantidades medidas e seus preços correspondentes à etapa de serviços, e serão acompanhadas de elementos elucidativos adequados tais como fotografias, memórias de cálculo, desenhos e catálogos, entre outros.

19.8 - As medições serão acompanhadas por representantes da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** e da CONTRATADA, estabelecido que eventuais divergências devam ser corrigidas de acordo com o indicado pelo representante da ADMINISTRAÇÃO.

19.9 - As informações necessárias para emissão das faturas, referentes às medições realizadas no período, serão comunicadas à CONTRATADA até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente.

20 - DO PAGAMENTO:



20.1 - A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** pagará à licitante vencedora CONTRATADA o valor relativo às obras e serviços efetivamente realizados, medidos e aprovados mensalmente, vedados quaisquer adiantamentos (Art. 40, XIV “B” - Lei 8.666/93).

20.1.1 – Todos os pagamentos a serem efetuados à CONTRATADA ficam condicionados às liberações efetuadas à **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** pelo FDE – Fundo para Desenvolvimento da Educação.

20.2 - Para efeito de pagamento, os preços de cada etapa a serem utilizados para medição da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** serão aqueles obtidos pela aplicação do percentual do “valor global orçado” pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, multiplicados pelos preços orçados para cada etapa prevista no Cronograma da CONTRATADA.

20.3 – Não serão processadas medições cujo valor seja inferior a 1% (um por cento) do valor total da obra. Nesta hipótese, os valores serão acumulados a medição do mês subsequente até que seja obtido o mínimo de processamento.

20.4 – Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura, através de depósito na conta corrente a ser indicada pela empresa vencedora, em até 30 (trinta) dias, a contar da data de liberação dos recursos pelo FDE – Fundo para Desenvolvimento da Educação, mediante a apresentação da nota fiscal referente a etapa de execução do objeto (Art. 40, XIV “A” - Lei 8.666/93).

20.5 - Sendo a Nota Fiscal devolvida para correção por parte da CONTRATADA, o prazo para pagamento será contado a partir da data de sua reapresentação.

20.6 - Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação do laudo de medição autorizado pelo órgão fiscalizador, juntamente com as respectivas notas fiscais (em moeda nacional e em conformidade com os dispositivos da OS/INSS nº 203/99).

20.7 - Para fins de recebimento, a contratada deverá apresentar a comprovação de regularidade com o Sistema de Seguridade Social juntamente com cada documento de cobrança emitido;

20.8 – O ISS sobre cada fatura será retido na fonte, conforme Lei Complementar nº 9 de



29/12/2003;

20.9 – Ao final da obra a contratada deverá apresentar a competente Certidão Negativa de Débitos do INSS, CND, nos termos do artigo 71 da Lei nº 8666/93 e artigos 383, 405, 406 e 423 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009;

20.9.1 – A Prefeitura reterá o pagamento do valor que corresponda aos encargos do INSS incidentes sobre a obra, enquanto não apresentada a CND;

20.9.1.1 – A apuração dos encargos terá por base o disposto no artigo 164 da Instrução Normativa acima;

20.10 – Os dados bancários informados nas Notas Fiscais deverão pertencer à mesma Razão Social e número de CNPJ da Contratada;

20.11 – Os documentos fiscais emitidos em desacordo com este contrato e a legislação vigente serão devolvidos à Contratada, que se obriga a substituí-los na forma exigida;

20.12 – Fica vedada à Contratada a emissão de duplicatas para representação de quaisquer valores que venham a ser devidos em razão do presente contrato;

20.13 – A Contratada deverá inserir nas Notas Fiscais os dados bancários de sua empresa (nome do banco, número da agência e da conta corrente), bem como o número do empenho.

21 - DAS PENALIDADES:

21.1 – O descumprimento de obrigações assumidas em virtude do presente contrato sujeitará a Contratada às sanções e procedimentos previstos na legislação vigente e regulamentados no Decreto Municipal nº 5.385/2.015, cujo teor se encontra disponível no sítio virtual <www.birigui.sp.gov.br>, menu "Legislação", bem como nos Anexos do Edital.

21.2 - Pelo descumprimento das cláusulas do presente instrumento contratual e de exigências formalizadas pelos fiscais e gestores do contrato, acerca da observância de normas técnicas de segurança e saúde no trabalho adequadas, multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a cada constatação, acrescida de multa no importe de R\$ 1.000,00 (um



mil reais) por infração às referidas normas, sem prejuízo das demais sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, conforme o caso.

21.3 - As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outra; as multas previstas têm caráter moratório, consequentemente, o seu pagamento não exime a **Contratada** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

22 - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DAS OBRAS E SERVIÇOS:

22.1 - Mediante aviso expresso, com antecedência mínima de 30 dias, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** poderá, a seu exclusivo critério, suspender total ou parcialmente a execução das obras e serviços, hipótese em que será pago o valor das obras e serviços regularmente executados até a data comunicada para início da suspensão.

22.2 - A comunicação para reinício das atividades deverá ser feita por escrito pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, e a licitante vencedora CONTRATADA disporá do prazo de 10 (dez) dias para a sua retomada, a contar do recebimento da comunicação.

23 - DA ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO DAS OBRAS E SERVIÇOS:

23.1 - Durante a execução do objeto contratual, os trabalhos que, a critério da **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, não apresentarem as condições estabelecidas no contrato, serão rejeitados, mediante registro no Diário de Obras, e caberá à licitante vencedora CONTRATADA todos os ônus e encargos da reparação (Art. 40, XVI - Lei 8.666/93), a qual deverá se efetivar dentro do prazo de **02 (dois) dias úteis** a contar da data do recebimento da notificação realizada pela Administração Pública, através da Secretaria de Obras por escrito.

23.2 - Nenhum serviço fora das especificações constantes deste Contrato será executado pela licitante vencedora CONTRATADA, ainda que em caráter extraordinário, salvo



com a concordância expressa da Prefeitura, e conforme as condições previstas neste instrumento.

23.3 - O recebimento das obras será feito em duas etapas: Recebimento Provisório da Obra, Recebimento Definitivo da Obra.

23.4 - Recebida pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** a comunicação da licitante vencedora CONTRATADA de conclusão das obras, os engenheiros fiscais da ADMINISTRAÇÃO, juntamente com os técnicos da licitante vencedora CONTRATADA, no prazo de até 15 dias, vistoriarão as obras e lavrarão termo de verificação circunstanciado no mesmo Diário de Obras, após o que será emitido o Termo de Recebimento Provisório das obras, desde que sejam constatadas, quando cabíveis, as seguintes condições:

a) plena conformidade da execução com os respectivos projetos, plantas, detalhes e especificações aprovados;

b) limpeza da obra e dos canteiros

23.5 - Os trabalhos que não apresentem as condições estabelecidas no item anterior, mas cujas desconformidades sejam, a critério dos engenheiros fiscais da ADMINISTRAÇÃO, passíveis de reparação, serão rejeitados no termo de verificação circunstanciado, porém, sem prejuízo da emissão do Termo de Recebimento Provisório com Ressalvas, hipótese em que caberá à licitante vencedora CONTRATADA todos os ônus e encargos da reparação, a qual deverá se efetivar dentro do prazo de **02 (dois) dias úteis** a contar da data do recebimento da notificação realizada pela Administração Pública, através da Secretaria de Obras por escrito.

23.6 - No caso de não recebimento provisório, a licitante vencedora CONTRATADA deverá, no prazo fixado pelos engenheiros fiscais no Termo de Verificação Circunstanciado, tomar todas as providências para sanar os problemas ali apontados, e que determinaram o não recebimento, sem prejuízo da aplicação, pela Prefeitura, das penalidades cabíveis.

23.7 - A Prefeitura poderá, em qualquer caso de seu interesse para habitabilidade, e desde que não haja prejuízo dos serviços, aceitar parcialmente as obras para livre e



imediate utilização de quaisquer etapas, partes, serviços, áreas ou instalações, mediante emissão de Termo de Recebimento Parcial Provisório.

23.8 - Decorrido o prazo de até 60 (sessenta) dias de observação das obras, contado do recebimento provisório e desde que não haja qualquer pendência, a licitante vencedora CONTRATADA poderá requerer o recebimento definitivo das obras.

23.9 - O recebimento definitivo só será concedido quando a obra estiver totalmente concluída, em adequação aos termos contratuais, após vistoria que a comprove, ocasião em que será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, sem prejuízo do disposto no artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

Nota: A Prefeitura Municipal exercerá a fiscalização dos serviços, através da Secretaria de Obras, Engenheiro de Segurança do Trabalho, e Departamento de Recursos Humanos e/ou Secretaria de Finanças, e/ou por meio de empresa contratada, sem reduzir nem excluir a responsabilidade da Contratada.

a) A fiscalização por parte da Secretaria de Obras ficará assegurado o direito de:

a.1) exigir o cumprimento integral dos projetos, prazos, especificações, detalhes e também das normas técnicas de execução dos serviços;

a.2) rejeitar todo e qualquer objeto de má qualidade ou não especificado, e estipular o prazo para a sua retirada da obra;

a.3) exigir a imediata substituição do técnico, mestre ou operários que não correspondam técnica ou disciplinarmente às necessidades da obra, sem prejuízo do cumprimento das condições contratuais;

a.4) decidir quanto à aceitação do objeto “similar” ou especificado, sempre que ocorra motivo de força maior;

b) A fiscalização por parte do Engenheiro de Segurança do Trabalho ficará assegurado o direito de:

b.1) fazer cumprir as obrigações inerentes ao Termo de Ajuste de Conduta nº 97/2014/MPT/PRT 15ª REGIÃO – PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, exigindo a observância de normas técnicas de segurança e saúde no trabalho adequadas, na forma prevista no art. 67 e seus parágrafos,



combinado com art. 12, VI, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, sob pena de penalização na forma da cláusula 6ª do instrumento contratual.

c) À fiscalização por parte do Departamento de Recursos Humanos e/ou Secretaria de Finanças ficará assegurado o direito de:

c.1) Acompanhar se os empregados que trabalham na obra correspondem àqueles constantes dos assentamentos da folha de pagamento e se recebem regularmente os salários, fazendo juntar mensalmente às medições termo de acompanhamento;

Nota 2: qualquer comunicação, ordem de serviço, reclamação, imposição de multas, intimação, etc., entre a Contratada e o Setor responsável da Prefeitura, será feita por escrito, devidamente protocolada.

24 - DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO:

24.1 - A presente licitação poderá ser revogada, devendo ser anulada na hipótese da ocorrência de vícios ou irregularidades no procedimento, sem que disso resulte qualquer direito a indenização ou compensação ressalvado o disposto na Lei Federal no 8.666/93 que rege esta Licitação.

25 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

25.1 - A participação nesta CONCORRÊNCIA PÚBLICA implica a aceitação integral e irretratável pelas licitantes, dos termos deste Edital e seus anexos, que passarão a integrar o contrato, tendo seu suporte legal na Lei Federal nº 8.666/93 e na legislação pertinente em vigor, bem como na observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento licitatório e execução do contrato.

25.2 - A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** reserva-se o direito de, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, desistir, revogar, adiar, ou mesmo anular total ou parcialmente esta licitação, se assim julgar conveniente, na forma da Lei, sem que isso represente direito das licitantes a qualquer pedido de indenização, reembolso ou compensação de valores.



25.3 - A qualquer tempo e na forma da Lei, antes da contratação, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** poderá inabilitar a licitante ou desclassificar sua proposta sem que a esta caiba direito de indenização ou reembolso, na hipótese de vir a tomar conhecimento de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade financeira, comprometa sua capacidade técnica ou administrativa, ou ainda reduza sua capacidade de produção, conforme artigo 43, § 5º, da Lei Federal nº 8.666/93.

25.4 - Caso não seja verificado, no momento da vistoria, impedimento para execução do objeto, correrão por conta da licitante todas as despesas decorrentes das adaptações que se fizerem necessárias para a execução das obras e serviços licitados.

25.5 – Fica definido como Gestores do Contrato o Sr. Ruberval Pollon Fiér, e o Sr. Rogério Borazzo, lotados na Secretaria de Educação nos cargos de Diretor de Departamento e Chefe de Seção respectivamente.

26 - DOS ANEXOS:

26.1 - Fazem parte integrante e indissociável deste Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

Anexo I	Carta com indicação do Representante e encaminhamento da documentação de Habilitação;
Anexo II	Minuta de declaração de situação regular perante o Ministério do Trabalho;
Anexo III	Minuta de Declaração de Vistoria Técnica;
Anexo IV	Minuta de Carta Proposta Comercial;
Anexo V	Minuta do Contrato;
Anexo VI	Projetos, Memorial Descritivo e Relatório de Sondagens de Reconhecimento de Solos, Parecer Técnico de Solo e Fundações, Localização, Planilha Orçamentária e Memorial Descritivo de Materiais, Cronograma Físico-Financeiro, Catálogos Técnicos;
Anexo VII	Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
Anexo VIII	Minuta Declaração de Superveniência;
Anexo IX	Minuta Declaração em conformidade com artigo 87, III e IV da Lei nº 8.666/93.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



Anexo X	Termo de Ajuste e Conduta nº 97/2014/MPT/PRT 15ª REGIÃO – PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA
Anexo XI	Médias de Dias de Precipitação
Anexo XII	Decreto Municipal nº 5.385-2015 - Penalidades contratuais
Anexo XIII	Termo de Ciência e Notificação

Birigui, 20 de maio de 2016

PEDRO FELÍCIO ESTRADA BERNABÉ
PREFEITO MUNICIPAL

SÔNIA REGINA GUARALDO
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

MILTON LOT JÚNIOR
SECRETÁRIO DE OBRAS